

A necropolítica constatada pelo Atlas da Violência

Não bastassem os indicadores desfavoráveis em outras áreas, os negros seguem sendo a parcela da população com direitos menos protegidos pela estrutura estatal no País

Martim Cabeleira de Moraes Jr.
9 de setembro de 2020

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Ativistas em ato no Rio de Janeiro para lembrar a morte de jovens negros no país

O ponto de partida deste texto é, basicamente o *Atlas da Violência 2020*, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados considerados para produção do Atlas se referem principalmente aos anos de 2008 até 2018. No sumário, observam-se dez temas pesquisados. Entre os temas apresentados, o destaque aqui vai para a “violência contra pessoas negras”, registrado da página 47 até a 53 do documento.

A tendência geral da taxa de homicídios no Brasil, no período considerado (2008-2018), foi de aumento até 2017, quando apontou uma queda em 2018. Porém, o que chama atenção são os números em relação à população negra.

Não há no *Atlas da Violência* informações separadas sobre povos indígenas, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trata a classificação de raça/cor do IBGE, denominando de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas.

Os dados continuam apontando uma tendência claramente desfavorável para pessoas negras no cenário de violência e criminalidade no Brasil. Não bastassem os indicadores desfavoráveis em outras áreas, tais como empregabilidade, escolaridade, ganhos salariais, etc. Os negros continuam sendo uma parte da população que tem seus direitos menos protegidos pela estrutura estatal.

Casos recentes demonstram o que Mbembe (2018) trata por “necropolítica”, ou seja, a política da morte para alguns seres humanos considerados dentro das estruturas sociais como diferentes no que se refere à proteção do Estado-nação.

Casos de diferenciação no tratamento de pessoas brancas e não-brancas são ilustrativos deste tipo de Necropolítica Criminal.

A pesquisadora Borges (2019) também descreve uma das partes do que Alexander (2017) chama de “a nova segregação”, ambas tratando do encarceramento em massa.

O *Atlas da Violência* (2020, p. 47) traz alguns dados que demonstram a crueldade resultante do racismo institucionalizado na sociedade brasileira:

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não-negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não-negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada a das mulheres não-negras.

Os dados traduzem muito bem a conceituação de Almeida (2019) sobre o racismo estrutural que perpassa o Estado, a sociedade e o direito no Brasil.

Enquanto a tendência para não-negros melhora quando a conjuntura social, política e econômica eleva padrões de vida dos mais vulneráveis, no caso dos negros a vulnerabilidade não acompanha essa tendência. Ao contrário, por vezes observa-se que os negros se tornam mais vulneráveis ainda.

Mesmo assim, ainda estamos no caminho de uma política criminal que possui pouquíssimas leis para tentar equalizar os fatores raciais em relação às vulnerabilidades múltiplas pela violência contra os negros no País. Observa-se aí o que a escritora Nigeriana Adichie (2019) apontou como “o perigo de uma história única”, onde algumas narrativas sociais se destacam, enquanto outras não são consideradas.

O professor Góes (2016) demonstrou como o racismo estruturou parte da criminologia brasileira no século XX. As concepções de Nina Rodrigues (estudadas por Góes) ainda surtem efeitos, sobretudo nos profissionais das áreas do Direito e das polícias brasileiras.

E ainda é assustador perceber que a tendência demonstrada no Atlas da Violência, onde a violência contra os negros aponta crescimento da situação de vulnerabilidade, ocorre no momento em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou *A Década Internacional de Afrodescendentes*, de 2015 até 2024. Ou seja, o mundo está atento para a vulnerabilidade que os legisladores brasileiros parecem não estar enxergando.

Os três eixos da Declaração da ONU são o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento. A ONU percebe que é importante reconhecer, fazer justiça e ter como tema central para o desenvolvimento a questão da situação dos afrodescendentes em todo o mundo.

O Ministério Público do Trabalho editou uma cartilha sobre ações para o enfrentamento do racismo na mídia, reconhecendo a vulnerabilidade dos negros em relação ao mercado de trabalho, com base em dados do IBGE.

Infelizmente, o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública não avançaram muito no reconhecimento dessas vulnerabilidades, mesmo sendo veiculadas várias notícias sobre questões de racismo dentro e fora das instituições policiais.

Os dados compilados e trabalhados do Atlas da Violência 2020 remetem, entre outras, às seguintes reflexões:

- Os avanços sociais, políticos e econômicos não estão se estendendo a toda população brasileira, ou pior, estão sendo negados aos que são muitos, porém estão cada vez mais vulnerabilizados;

- A política criminal brasileira está baseada principalmente no encarceramento massivo, o que contradiz o baixo investimento na tentativa de lidar com as populações vulneráveis;
- Executivo, Legislativo e Judiciário, pouco têm observado o que a ONU reconhece como fundamental para desenvolvimento dos países no mundo;
- Os dados levantados mostram uma tendência que poderia ser modificada.

É preciso, necessário, urgente que a estrutura estatal, bem como os espaços acadêmicos e a sociedade em geral parem de esconder os tratamentos cruéis e desumanos que alguns grupos sociais recebem.

Não há mais espaço para políticas que não contemplem as vulnerabilidades, tanto as singulares, como no caso de cidadãos negros, quanto nas questões de múltiplas vulnerabilidades, tais como o cidadão negro, gay, e morador de periferia, por exemplo.

A sociedade brasileira precisa avançar, no campo da legislação protetiva, das políticas de afirmação de cotas, bem como de várias outras maneiras que ajudem a mudar o panorama evidenciado pelo *Atlas da Violência 2020*.

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Sílvia de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Rettec, 2019.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. Polén. São Paulo, 2019.

GÓES, Luciano. *A "tradução" de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. *Cartilha sobre ações para o enfrentamento do racismo na mídia*. Brasília, 2020.

Martim Cabeleira de Moraes Jr

Tenente-Coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Professor de Direito da Faculdade Mário Quintana (FAMAQUI) e associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

[https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q - 7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpj6-urnqf-yg5si-ohcr8-grs9u-fvcnc-gb8bf-qrsno-fof](https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpj6-urnqf-yg5si-ohcr8-grs9u-fvcnc-gb8bf-qrsno-fof)

